

Bancários do MS, definem eixos para Campanha 2016

REAJUSTE DE 14,13%, CAMPANHA UNIFICADA E DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS FORAM TEMAS DEBATIDOS NO 6º EEBAN



Os bancários do MS, definiram durante a realização do 6º EEBAN (Encontro Estadual de Bancários) realizado nos dias 3 e 4 de junho em Dourados, as propostas para serem encaminhadas na Campanha Nacional dos Bancários de 2016.

Dentre os principais itens da campanha estão o reajuste salarial de 14,13% composto pela inflação do período, projetada em 8,7% mais 5% de

ganho real, garantia do emprego, fim das demissões, mesa única unificada, PLR maior, mais contratações e piso salarial do Dieese.

O encontro contou com a presença de bancários de Campo Grande e Dourados, além das presenças da Técnica do Dieese MS, Andréia Ferreira, do presidente da CUT-MS, Genilson Duarte, o Presidente da FETEC-CUT/CN (Federação dos Trabalhadores em

Empresas de Crédito do Centro Norte), José Avelino Barreto Neto, Roberto Von de Osten, Presidente da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) e do Diretor de Formação Sindical da FETEC/CUT-CN, Jacy Afonso, bem como os presidentes dos Sindicatos dos Bancários de Campo Grande Edvaldo Franco Barros e do Sindicato dos Bancários de Dourados, Ronaldo Ferreira Ramos.

Durante o encontro foram debatidas conjuntura nacional política e econômica, ressaltando os desafios do movimento sindical nesta campanha salarial, frente a fusão Bradesco/HSBC, governo itinerante e mudanças nas Leis Trabalhistas.

Os bancários de Dourados e Campo Grande não reconhecem esse governo golpista e não aceitam o fim dos programas sociais, bem como o desmonte da Caixa e BB na gestão atual.

Foi um momento importante nos debates e nas discussões de temas que envolvem a categoria, disse Edvaldo Franco do SEEB-CG. A parceria firmada entre os Sindicatos na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora deve ser fortalecida ainda mais, disse Ronaldo Ramos.

Todos os encaminhamentos e eixos apresentados no 6º EEBAN, foram enviados para serem debatidos durante a 18ª Conferência Nacional, que define as reivindicações da Campanha Nacional dos Bancários 2016 e vai acontecer entre os dias 29 e 31 de julho em São Paulo.

Garantia do emprego foi o tema de discussão com o Bradesco



Os funcionários do Bradesco e HSBC, representados pelas COE's (Comissão de Organização dos Empregados), estiveram reunidos no

dia 22/6 na Cidade de Deus, na sede do banco Bradesco, para saber como fica a situação dos empregados do HSBC após a aquisição que ocorre oficialmente no dia primeiro de julho.

Entre os compromissos do banco, representada pela diretora de RH do Bradesco, Glaucimar Peticov está a manutenção dos postos de trabalho e a garantia de que não haverá demissão em massa, entretanto, o banco se recusou a assinar acordo de estabilidade.

Segundo o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, todos

estes processos de fusão sempre trazem prejuízos aos trabalhadores por isso avisamos ao banco que estaremos acompanhando e monitorando todo o processo de transição, sua sequência e suas consequências para os trabalhadores. Além da questão do emprego, os dirigentes sindicais cobraram do banco posição sobre temas como, previdência, bolsa educação, convênio médico, folha de pagamento, PLR e AB. Sobre a maioria dos temas o banco garantiu que vai respeitar os acordos já firmados com estudos a serem feitos no período de

transição e com o tempo após levantar todos os dados irá adequando e negociando todos os benefícios aos moldes do que já é praticado pelo Bradesco.

O Bradesco inicia no dia 1º de julho, o processo de transição e finaliza no dia 7 de outubro, quando haverá a integração de todo o sistema.

Segundo, Janes Estigarria, representante da FETEC/CUT-CN na COE, todos os benefícios dos funcionários do HSBC, permanecem como está até o dia 7 de outubro, após este período passa a ser do Bradesco.

Temer quer acabar com FAT, que paga seguro-desemprego

O governo interino de Temer já anunciou publicamente que quer mexer nas regras de financiamento do FAT. Pela PEC (Proposta de Emenda Constitucional), ainda não enviada ao Congresso, Temer defende o fim do repasse de 40% das verbas do Fundo para o BNDES. A proposta determina também a desvinculação do PIS/Pasep, principal fonte de recursos do FAT, para ser usado em outras finalidades. Esta mudança vai inviabilizar o pagamento do abono salarial.

Por fim, as medidas, na prática, vão acabar com o dinheiro usado para pagar o seguro-desemprego. As medidas propostas pretendem canalizar esse dinheiro para pagar outras despesas.

“Isso é grave, é dramático. O FAT vai acabar em pouco tempo caso a proposta seja aceita”, informa o secretário nacional de Finanças e Administração da CUT, Quintino Severo. Quintino é o conselheiro da Central no Conselho Deliberativo do Fundo (Codefat).

BNDES

Pela lei que criou o FAT, em 1990, 40% dos recursos são emprestados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse dinheiro é atualizado mensalmente pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e esse excedente é repassado regularmente para o FAT. O montante dos recursos continua pertencendo ao

FAT, e nas mãos do BNDES é aplicado em programas de infraestrutura e em financiamentos para empresas. “Trata-se, portanto, de uma finalidade que gera emprego e renda”, avalia Quintino. “Isso vai desaparecer”.

Abono salarial

O abono é pago anualmente a trabalhadores de baixa renda e para parte do contingente de desempregados que puder comprovar um determinado tempo de registro em carteira. “Este ano, a previsão é de que o pagamento do abono vai injetar na economia algo em torno de R\$ 17 a 20 bilhões na economia”, informa Quintino. Ano que vem, caso esta proposta do Temer tenha espaço, isso acaba.

“Claro que o governo ilegítimo não vai dizer isso, mas na prática é o fim do FAT”, insiste o dirigente da CUT. “Eles vão pegar um patrimônio dos trabalhadores e usar para ajuste fiscal, aliviando a carga para a elite”.

Outra finalidade do FAT é financiar o Sistema Nacional de Emprego (Sine), que inclui as (CATs) centrais de trabalho e renda, sob administração das prefeituras, onde são oferecidos empregos abertos pela iniciativa privada e poder público. O Sine também oferece cursos de qualificação.

A CUT promete resistir à iniciativa, seja em sua participação no Codefat, nas manifestações organizadas pelo “Fora Temer” e na pressão sobre o Congresso.

Funcionários do Sicredi aprovam Minuta 2016

ENTREGA ACONTECEU NO DIA 21 DE JUNHO EM DOURADOS E MARACAJÚ

A Minuta de Reivindicações dos Funcionários dos Sicredi's Centro Sul-MS e Pantanal-MS, já está com a direção das cooperativas. A entrega aconteceu no dia 21/6 após ser definida e aprovada em assembleia que ocorreu no dia 16 de junho.

Em Dourados a Minuta foi entregue pelo Presidente do Sindicato, Ronaldo Ferreira Ramos, que estava acompanhado pelo Diretor Financeiro, Walter Ogima, que ajudou a elaborar a minuta e faz parte da comissão de negociação junto ao Sicredi.

A entrega em Dourados foi feita ao Gerente Administrativo Regional da Sicredi Centro Sul, Antônio Carlos Peres.

Com a entrega da pauta aos patrões, os trabalhadores aguardam as primeiras rodadas de negociações que está marcada para o dia 11 de julho, e que as demandas sejam atendidas pelos representantes das cooperativas.



Dentre os principais pontos das reivindicações estão o reajuste de 13,7%, composto pela reposição da inflação e mais 5% de ganho real em todas as verbas salariais e benefícios; Plano de Cargos e Salários; 13º Auxílio Refeição e Auxílio Cesta Alimentação; Auxílio Educacional; Complementação de Auxílio-Doença Previdenciário e Auxílio Doença Acidentário; Isenção de Tarifas, Vale Cultura e, Jornada

de Trabalho de 06 horas.

A pauta discutida e deliberada foi construída com base no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, na Minuta do ano anterior e, ainda, levando em conta as reivindicações levantadas pelo sindicato através da pesquisa (consulta) feita em todas as unidades com os trabalhadores.

A data base dos trabalhadores dos Sicredi's é 1º de julho.

Caixa quer extinguir função de caixa nas agências



Anunciada em reunião realizada no início deste mês pela Caixa, a extinção da função de caixa se torna realidade nas agências bancárias. Segundo

denúncias, em algumas unidades, o cargo já não existe. No lugar, a direção da instituição financeira implanta o caixa minuto - função eventual em que

empregados recebem por minuto trabalhado. Há também outro risco, o tesoureiro, antes subordinado à GIRET (Gerência de Retaguarda), está sendo integrado às agências e passa a responder ao gerente geral. O perigo é o trabalhador ser pressionado a atender no caixa, o que caracteriza desvio de função. A política deteriora ainda mais as condições de trabalho, compromete o atendimento ao cliente e reduz a remuneração do bancário. O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS, condena a medida, que, inclusive, diminui a possibilidade de ascensão dos trabalhadores.

Pautas específicas são aprovadas na Caixa e BB



Durante congresso do BB e CEF, funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal aprovaram as reivindicações específicas a serem encaminhadas na Campanha Nacional 2016.

Foram três dias de discussões, e na pauta de reivindicações específicas ficou definido que o tema central será o fortalecimento em defesa dos bancos públicos e da campanha Fora Temer.

O 27º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil e o 32º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) foram realizados em São Paulo, mas em espaços separados. Somente a abertura e o Seminário Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, na sexta-feira 17, foram conjuntos.

Participaram 323 delegados (212 homens e 111 mulheres) do Congresso do BB e 352 representantes dos empregados da Caixa (185 homens e 168 mulheres) no Conecef.

Caixa 100% pública

Os principais eixos do 32º Conecef, que este ano teve como lema Lutar sempre vale a pena – Nós somos a resistência!, Fora Temer, a defesa da Caixa 100% pública, o fortalecimento do papel social do banco, as condições dignas de trabalho e mais contratação de

empregados também foram debatidos.

Banco do Brasil

No 27º Congresso do BB, os delegados e delegadas de todo o país também reafirmaram a importância da campanha nacional unificada e aprovaram engrossar as campanhas em defesa dos bancos públicos e pelo Fora Temer.

“Nessa conjuntura política e econômica difícil, mais do que nunca é imprescindível mantermos a unidade nacional da categoria e a campanha unificada entre bancos públicos e privados, além de intensificarmos a mobilização para enfrentarmos os ataques a nossos direitos do governo interino e ilegítimo”, afirma Rafael Zanon, representante da Fetec-CUT/CN na Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil e diretor do Sindicato de Brasília.

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, Wagner Nascimento, a pauta aprovada dialoga com todos os funcionários do BB e reforça a luta da categoria contra as ameaças de privatização e de retirada de direitos dos trabalhadores.

Estiveram presentes no evento os diretores do Sindicato dos Bancários, Carlos Longo (Banco do Brasil) e Edson Rigoni (Caixa Econômica).

DIEESE, promoveu jornada de debates e negociações coletivas



Os desafios das negociações coletivas no cenário de crise foi o tema da XII Jornada Nacional de Debates, promovida pelo Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e as centrais sindicais nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre os meses de abril e maio.

No Mato Grosso do Sul, o evento ocorreu no dia 17/6,

no auditório do Sindicato dos Bancários de Campo Grande.

Uma das preocupações, é a interferência do governo, com as propostas de mudanças das Leis trabalhistas e a flexibilização dos direitos, aliados a crise econômica que apontar para mais resistência dos patrões em atender às demandas dos trabalhadores e a descumprir as convenções e acordos

Outra preocupação e a economia em um mundo de incerteza e o desempenho negativo na geração de empregos.

Sindicalistas representantes de entidades governamentais, políticas e organizações, entre outros marcaram presença no evento, disse a coordenadora técnica do Dieese-MS, Andréia Ferreira

Itaú pode provocar caos no atendimento bancário do país



Quase insuportável, há momentos que humanamente é quase impossível dar

conta das demandas do dia-a-dia, assim estão as agências do Itaú, onde o déficit

de funcionários pode ser facilmente percebido. Primeiro porque as filas estão sempre com gente há espera de atendimento, depois, basta olhar o semblante dos bancários que restam. Todos tensos e entupidos de trabalho. Por isso, a COE (Comissão de Organização dos Empregados) cobrou da direção da empresa fim das demissões e contratações imediatas.

A realidade é dura. No primeiro trimestre do ano, o maior banco privado do país cortou 2.902 postos e a reposição é algo que não se ouve falar nessa instituição.

ELEIÇÃO DO SINDICATO

Diretoria eleita toma posse para novo mandato



Em solenidade que aconteceu no dia 31/05, foi empossada a nova diretoria do sindicato, eleita em 19 de maio, para o quadriênio 2016/20.

A posse foi feita pela Comissão eleitoral, composta pelos bancários João Marques, Severino Calixto e Paulo Ricardos S. Costa.

Durante a transmissão do cargo feita por Janes Estigarribia, o presidente enalteceu o trabalho feito pela diretoria e disse que o presidente eleito deverá continuar a focar na luta dos trabalhadores e principalmente dos funcionários do ramo financeiro.

O novo presidente ressaltou que a ação da diretoria será voltada na defesa dos direitos e organização da categoria, por uma gestão

transparente e democrática, com inserção do sindicato nos movimentos sociais, sem perder o foco das grandes questões nacionais.

Além dos eleitos e familiares presentes, a solenidade foi prestigiada pelo vereador Elias Ishy e o Deputado Estadual João Grandão ambos do Partido dos Trabalhadores.

POSSE SOLENE

Já no dia 3 de junho, aconteceu a posse solene, onde o ato foi prestigiado por diversas lideranças sindicais e políticas, dentre elas: Roberto Von de Osten,

Presidente da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), a Técnica do Dieese MS, Andréia Ferreira, o presidente da CUT-MS, Genilson Duarte, o Presidente da FETEC-CUT/CN (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte), José Avelino Barreto Neto, e do Diretor de Formação Sindical da FETEC/CUT-CN, Jacy Afonso, o presidente do Sindicato dos Bancários de Campo Grande Edvaldo Franco Barros, deputado estadual João Grandão (PT-MS) e vereador Elias Ishy-PT.

Na solenidade o presidente eleito Ronaldo Ferreira Ramos fez questão de lembrar dos ex-presidentes, citando o nome de cada um deles, e no final pediu uma salva de palmas pelo trabalho por eles prestados.



PLS 555 será levada ao Supremo



O Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas ingressará com Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Projeto de Lei do Senado 555 (PLS 555). O chamado Estatuto das Estatais foi aprovado pelos senadores na terça 21. "Com muita luta barramos pontos que poderiam privatizar todas as empresas públicas. Mas persistem questões que comprometem a gestão das estatais", afirma a coordenadora do Comitê Maria Rita Serrano. "Queremos agora que a matéria seja considerada inconstitucional, pois projetos sobre governança de estatais são prerrogativa do Executivo e o PLS 555 veio do Legislativo." Resistência – Entre os principais riscos que foram afastados estavam a obrigatoriedade de as empresas 100% públicas, como a Caixa, se tornarem sociedade anônima. Também foi derrubada a exigência de instituições de economia mista como Banco do Brasil e Petrobras a terem de se desfazer de suas ações preferenciais, passando a ter apenas ordinárias. "Apenas na Petrobras essa transformação acionária acarretaria custo de R\$ 51 bilhões à empresa. Felizmente conseguimos retirar esses pontos da redação original do Senado", explica Rita Serrano. "Quando foi para votação na Câmara (como PL 4918) impedimos que esses pontos voltassem, afastando o

risco de privatização das empresas por meio desse projeto. Esses temas não poderiam voltar a ser incluídos pelos senadores (no projeto que voltou ao Senado como PLS 555)." No entanto, permaneceram a discriminação contra dirigentes sindicais integram a direção das estatais e outros retrocessos (veja nos quadros os retrocessos e o que foi assegurado). A matéria agora vai para a sanção do "governo" interino de Michel Temer. De quem é – O PLS 555 é junção dos PLSs 167 e 343, cujos autores são, respectivamente, os senadores tucanos Tasso Jereissati e Aécio Neves, e do anteprojeto apresentado pelos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (afastado), e do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB. a Mobilização continua.

O diretor do Sindicato dos Bancários de Dourados, Edson Rigoni, alerta que mesmo que a Adin contra o PLS 555 seja acatada, os trabalhadores têm de se manter mobilizados diante das investidas contra os bancos públicos e os fundos de pensão – cujo PLP 268 está para ser votado em regime de urgência na Câmara. No congresso dos bancários da Caixa e do BB foi definida prioridade à defesa dessas instituições tão essenciais ao desenvolvimento do país. Assim, não podemos baixar a guarda e resistir até que esse risco seja afastado definitivamente.

